

## MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 14/2018

**Senhor Presidente,**

**Senhoras Vereadoras,**

**Senhores Vereadores:**

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, cumprindo a obrigação legal conforme o que dispõe a Lei Orgânica Municipal no seu art. 77, inciso I e § 1º, e ainda, o Projeto de Lei Complementar de Revisão do Plano Plurianual do Município de Rio Branco para o Quadriênio 2018-2021. O PLC ora encaminhado ***“Altera o Anexo II da Lei Complementar nº 29, de 11 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o Quadriênio 2018-2021 e dá outras providências”***.

O Plano Plurianual do Município de Rio Branco, para o quadriênio 2018-2021, foi aprovado pela Lei Complementar nº 29, de 11 de dezembro de 2017.

O Plano Plurianual é a ferramenta de Gestão que tem por objetivo nortear estrategicamente, a Administração Pública, estabelecendo de forma clara e transparente os seus Programas e Objetivos de acordo com os anseios da população, o levantamento de problemas a serem enfrentados e as Metas a realizar.

Constitui-se, então, em um importante instrumento, para a definição de diretrizes para o planejamento de médio e longo prazo, onde se evidenciam os rumos que deve ter a cidade, bem como a visão e procedimentos a serem adotados para o desenvolvimento do Município nas suas mais diversas áreas.

A Lei Complementar nº 29, de 11 de dezembro de 2017 prevê a revisão anual do Plano Plurianual 2018-2021, como forma do Município adequar seu planejamento à realidade econômica e macroeconômica.

A Revisão do Plano Plurianual (PPA) é uma das etapas do ciclo de gestão do planejamento que visa fortalecer o processo de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. Não se trata da elaboração de um novo Plano Plurianual, mas sim, da atualização e aperfeiçoamento da programação já definida no PPA em execução.

O processo de Revisão do Plano Plurianual constitui prática sistêmica e contínua que objetiva o aperfeiçoamento dos Programas e das capacidades das unidades orçamentárias executoras do PPA 2018-2021. Não procura evidenciar falhas ou exaltar acertos, mas sim, incentivar e consolidar a cultura de avaliação dentro da Administração Pública Municipal.

O PPA de Rio Branco manterá sua estrutura que está diretamente associada ao Plano de Governo que por sua vez, engloba seis eixos temáticos: i) infraestrutura; ii) cidadania e direitos; iii) cidade sustentável; iv) desenvolvimento social; v) gestão transparente e participativa.

O PPA está dividido em 22 programas, de caráter finalístico e de apoio, que estão divididos em eixos. Está vinculado à missão da PMRB a qual busca *servir a população de Rio Branco com qualidade e resolutividade, promovendo a inclusão social e ampliando os serviços públicos, atendendo as necessidades do presente, olhando para o futuro.*

## **1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO PPA 2018-2021**

Mesmo com a revisão aqui proposta, as bases estratégicas do PPA estão mantidas. A orientação de gestão constitui um dos elementos fundamentais para a construção e execução do Plano Plurianual. Ele é formado

por uma base estratégica que tem como finalidade a formulação e a seleção do conjunto de programas que integrarão o PPA, bem como estimular a busca de parcerias e de fontes alternativas de recursos. Neste sentido, seus alicerces estratégicos são:

- a) *Orientação estratégica do Governo Municipal* – inclui a missão, visão de futuro, valores e desafios que compõem o PPA no quadriênio 2018 – 2021;
- b) *Plano de Governo* - representa as prioridades de Governo, em função de compromissos assumidos em campanha;
- c) *Previsão dos recursos que financiarão o Plano* – elaborada com base em projeções de receitas, e tem por finalidade favorecer a seletividade na alocação dos recursos para o período, bem como orientar tempestivamente a formulação dos programas, no que diz respeito à busca por recursos alternativos e parcerias, exercendo a priorização deles.

**Figura 01.** Base Estratégica do PPA 2018-2021



**Fonte:** Prefeitura de Rio Branco/ elaboração SEPLAN/ASSTEC 2017.

A revisão do Plano Plurianual de Rio Branco (2018 – 2021) se apoiou também em outros instrumentos estratégicos de gestão, tais como: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA), Plano Diretor Participativo de Rio Branco, Zoneamento Econômico; Ambiental Social e Cultural do Município de Rio Branco (ZEAS); dentre outros instrumentos.

**Figura 02.** Mapa Estratégico – Prefeitura de Rio Branco

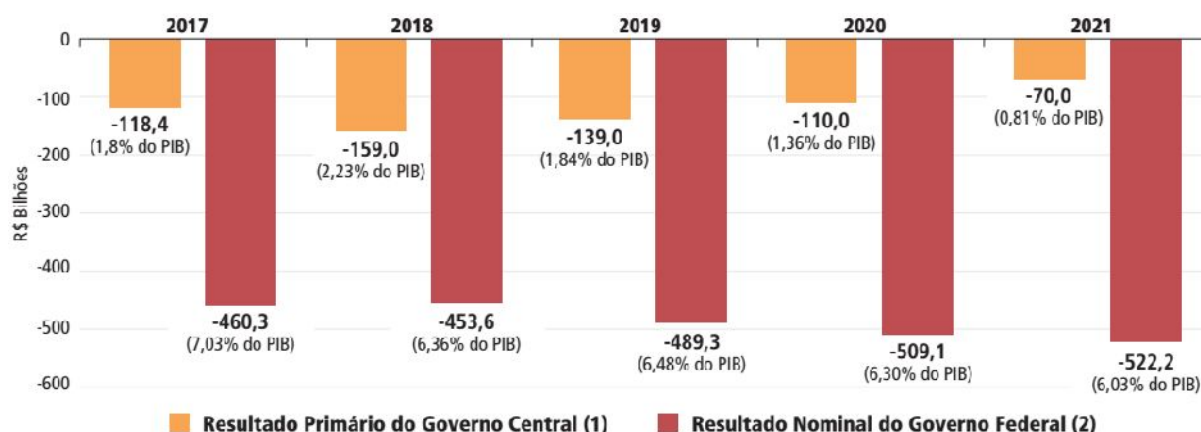


**Fonte:** Prefeitura de Rio Branco/Casa Civil – Departamento de Planejamento Estratégico, 2017

## 1.1. Cenário macroeconômico e fiscal

Nos últimos quatro anos, de 2014 a 2017, a União apresentou um déficit primário de aproximadamente R\$ 415,0 bilhões, sem considerar os juros incidentes sobre a dívida pública. Isso corresponde a um gasto médio anual de R\$103,76 bilhões acima de tudo que o governo arrecada, conforme relatório do Tesouro Nacional.<sup>1</sup> Considerando-se a LDO 2018 em vigor e as projeções constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO 2019, essa situação deficitária ainda perdurará pelo menos até 2021. É esse cenário que os municípios têm para se planejar.

**Gráfico 01.** Resultados Fiscais no período 2017-2021 (R\$ bilhões e % do PIB)



Fontes: Banco Central (2017); LDO 2018 (2018); PLDO 2019 (2019 a 2021)

(1) Receitas primárias menos despesas primárias do Governo Central; não inclui as empresas estatais federais não dependentes.

(2) Resultado primário menos juros nominais; inclui as empresas estatais federais não dependentes, exceto as dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

O Relatório de Mercado FOCUS, elaborado pelo Banco Central do Brasil, prevê uma inflação acumulada de 3,48% ao final de 2018 e um Produto Interno Bruto (PIB) de 2,76% (**ver gráfico 01**). A Taxa Selic, que mede os juros praticados no país, deve permanecer em 6,25% a.a. (2018), que apesar da queda acentuada nos últimos meses, é uma das maiores entre as principais economias globais.

**Tabela 01 – Parâmetros Macroeconômicos para os próximos exercícios**

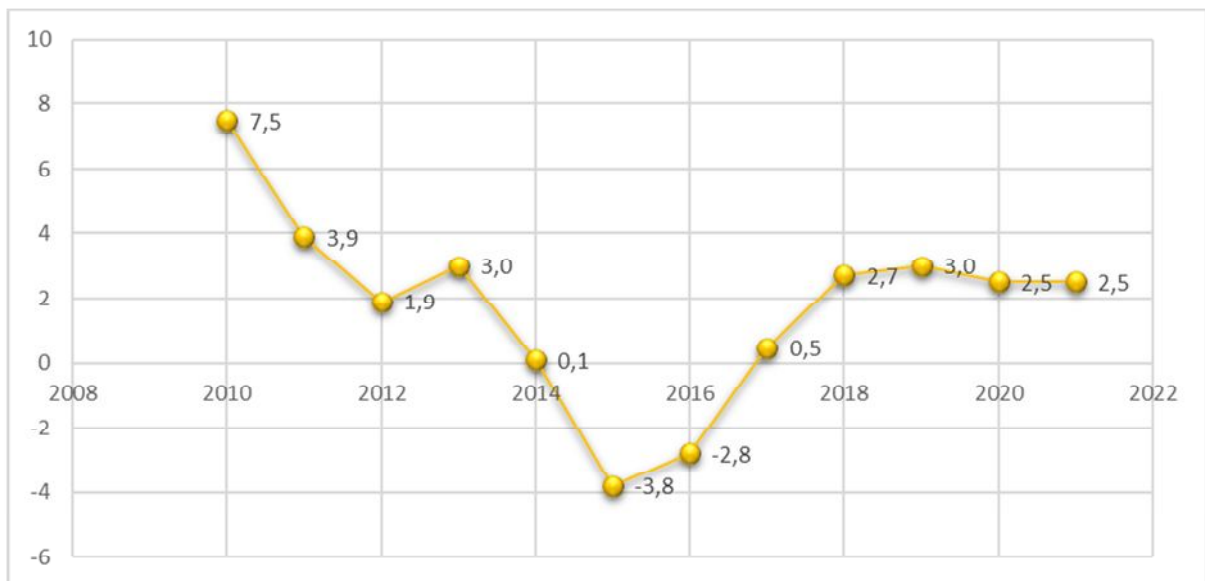
<sup>1</sup> <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>

ANO	2018		2019		2020		2021	
	1º BIM	FOCUS	PLDO	FOCUS	PLDO	BACEN	PLDO	BACEN
Crescimento real do PIB (% a.a.)	3,0	2,76	3,0	3,00	2,4	2,50	2,3	2,50
Taxa Selic (fim de período - % a.a.)	6,5	6,25	8,0	8,00	8,0	8,00	8,0	8,00
IPCA (acumulado - % a.a.)	3,6	3,48	4,25	4,07	4,0	4,00	4,0	4,00
Câmbio (fim de período - R\$/US\$)	3,3	3,30	3,4	3,39	3,5	3,45	3,5	3,50

Fontes: 1º BIM: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias - 1º Bimestre 2018; PLDO: PLDO 2019, Anexo IV.1, Grade de Parâmetros de 12/03/2018, SP5/1M; FOCUS: Relatório Focus de 13/04/2018 (mediana - agregado); BACEN: Sistema de Expectativas de Mercado captadas em 13/04/2018 (mediana)

Para 2019, segundo o referido relatório, a possibilidade é de um crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB). O BC prevê ainda uma inflação acumulada de 4,07% e a queda da Taxa Selic 8% a.a.

**Gráfico 02.** Produto Interno Bruto – PIB do Brasil no período 2010-2018 – Banco Central



**Fonte:** Banco Central do Brasil – elaboração SEPLAN/ASSTEC 2018.

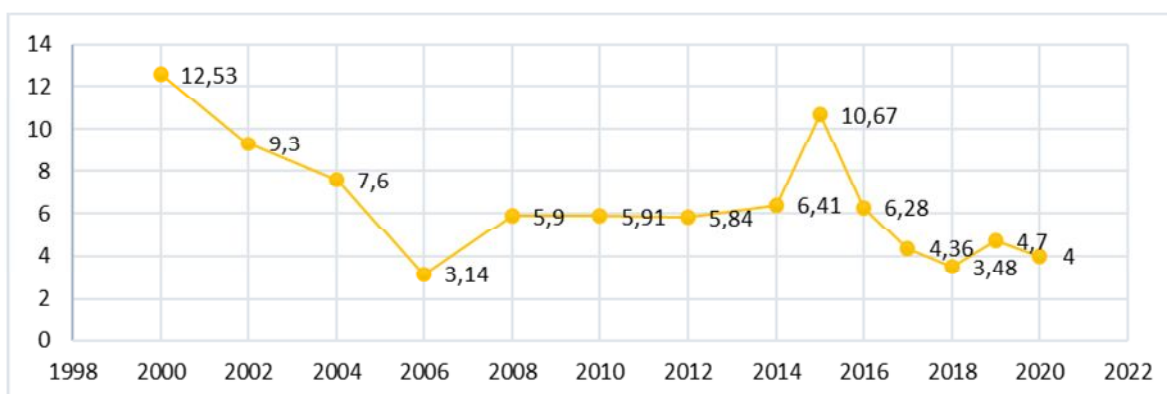
Muito embora os analistas do Banco Central e do Mercado prevejam um cenário de melhoria para 2019 e 2020, a União estimou o valor das renúncias tributárias para 2019 na ordem de R\$ 303,5 bilhões (19,84% da arrecadação), o que impacta diretamente nos repasses constitucionais aos entes subnacionais. Outro ponto também, refere-se a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado da União, que foi estimada

em R\$ 3,8 bilhões negativos, sinalizando indisponibilidade de recursos em 2019 para suportar a aprovação de medidas que gerem aumento de despesas desse tipo.

Válido destacar que a queda na arrecadação federal e a renúncia indiscriminada de receitas, impacta diretamente os repasses constitucionais, principalmente o Fundo de Participação dos Municípios – FMP, além das transferências voluntárias (convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres), demonstrado pela dificuldade do Governo Federal em repassar tempestivamente os recursos para continuidade de obras e serviços nos municípios.

Nosso planejamento a curto, médio e longo prazo deve considerar esse cenário de incerteza econômica e política. O controle inflacionário<sup>2</sup>, uma das maiores conquistas da economia brasileira, é vital para manutenção do valor da moeda e estabilidade econômica e impacta diretamente a vida do cidadão brasileiro.

**Gráfico 03.** Inflação Efetiva e Prevista (IPCA % a.a.) no período 2002-2021



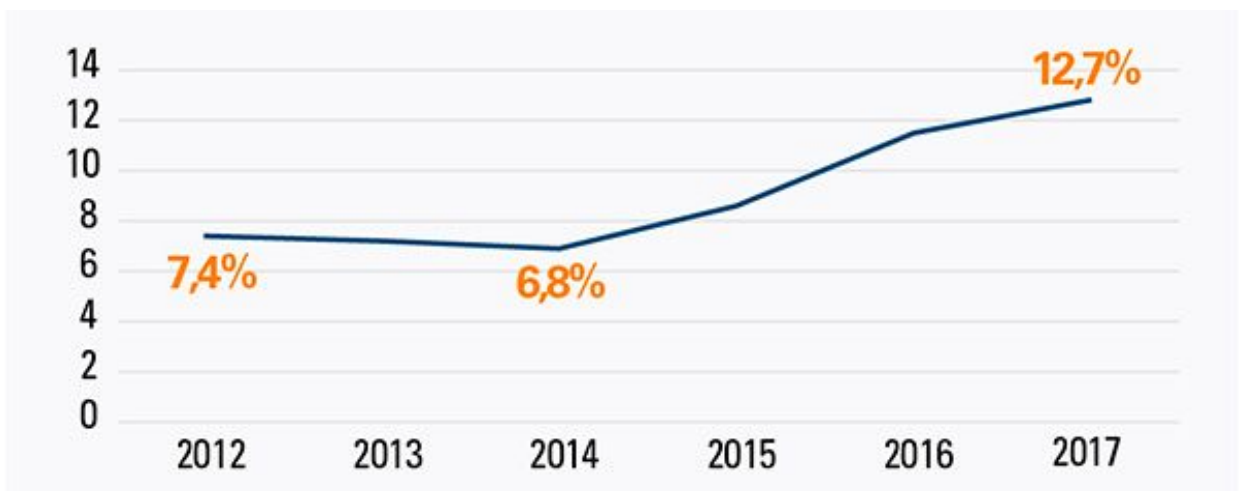
**Fonte:** IBGE – elaboração SEPLAN/ASSTEC 2018.

<sup>2</sup> A inflação é um processo de elevação de preços que ocorre sempre que há procura maior do que a capacidade de uma economia produzir determinado bem ou serviço. Em resumo, a inflação pode ser de oferta – quando há escassez de produto – ou de demanda – quando a procura é maior do que a quantidade ofertada. Disponível em <http://br.adfn.com/indicadores/ipca>. Acesso em 20.10.2016.

Conforme salientado, muito embora o Governo Federal esteja conduzindo um conjunto de reformas e ajustes no Estado brasileiro, alguns estudos<sup>3</sup> apontam “drives” que limitarão a velocidade de recuperação econômica nesses anos, dentre os quais destacamos: a) crescimento global moderado; b) elevado nível de endividamento das famílias e empresas; c) desfavorável dinâmica das contas públicas; c) moderado ciclo de afrouxamento monetário e um dos mais complexos e impactantes d) continuidade da deterioração do mercado de trabalho.

Como efeito do período de recessão que o país atravessa, a taxa de desemprego deve continuar subindo devido as defasagens com que reage a atividade econômica, além da queda no rendimento líquido do trabalho e ampliação do endividamento das famílias.

**Gráfico 03.** Média Anual da Taxa de Desocupação das Pessoas – Brasil (PNAD-C)



**Fonte:** IBGE – Diretoria de Pesquisa

<sup>3</sup> Estudo disponível em <http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2017/01/depecon-cenario-2017.pdf>



Como se observa, apesar da economia brasileira apresentar melhoras significativas e uma trajetória de saída do período de recessão, o caminho a ser percorrido é longo e relativamente lento. As atuais estratégias do Governo Federal, que mantem uma agenda de austeridade não têm demonstrado um resultado satisfatório, a despeito da redução dos investimentos públicos que se tem observado e que impactam diretamente os municípios.

### 1.1.1. Nova Projeção de Receitas para o PPA 2018 – 2021

A seguir, apresentamos os números de projeção referentes ao período de 2018 – 2021, atualizados, com os respectivos detalhamentos:

**Tabela 02-** Resumo das Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Categoria Econômica – PLOA 2018

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Exercício			
	2018	2019	2020	2021
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>813.680.160</b>	<b>875.288.509</b>	<b>879.227.307</b>	<b>883.183.830</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	122.713.195	137.665.894	138.285.391	138.907.675
Impostos	118.494.676	133.574.571	134.175.657	134.779.447
Taxas	4.218.519	4.091.323	4.109.734	4.128.228
Receita de Contribuições	28.014.083	33.084.984	33.233.866	33.383.419
Receita Patrimonial	31.660.429	44.600.308	44.801.009	45.002.614
Receita Industrial	25.000.000	29.395.000	29.527.278	29.660.150
Receita de Serviços	8.112.528	7.424.424	7.457.834	7.491.394
Transferência Correntes	589.960.851	620.302.022	623.093.381	625.897.301
Transferências da união	353.785.372	356.587.180	358.191.822	359.803.686
Transferências dos estados	156.573.752	176.217.908	177.010.889	177.807.438
FUNDEB	79.601.727	87.496.934	87.890.670	88.286.178
Outras Receitas correntes	8.219.074	2.815.877	2.828.548	2.841.277
<b>DEDUÇÃO P/ FORMAÇÃO DO FUNDEB</b>	<b>(88.615.206)</b>	<b>(88.902.489)</b>	<b>(89.302.550)</b>	<b>(89.704.412)</b>
<b>RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA</b>	<b>24.869.360</b>	<b>34.913.000</b>	<b>35.070.109</b>	<b>35.227.924</b>
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>54.382.494</b>	<b>7.752.311</b>	<b>7.787.196</b>	<b>14.826.152</b>
Operações de créditos	34.922.601	1.600.415	1.607.617	8.618.764
Alienação de bens	-	-	-	-
Transferências de capital	19.459.893	6.151.896	6.179.580	6.207.388
Transferências de convênios	19.459.893	6.151.896	6.179.580	6.207.388
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>804.316.808</b>	<b>829.051.331</b>	<b>832.782.062</b>	<b>843.533.494</b>

Fonte: Prefeitura de Rio Branco/Secretaria de Planejamento – Departamento de Orçamento e Gestão, 2017.

## 2. A GESTÃO MUNICIPAL E SEUS AVANÇOS

### 2.1. O PPA e os diversos olhares

Tanto a elaboração, quanto a revisão do PPA da PMRB não foi feito apenas com uma visão técnica ou orientações de políticas de gestão. Ao contrário, deve ser compreendido como uma intersecção de visões que tem critérios objetivos.

Portanto, opera também no campo subjetivo ao captar a percepção de instituições e segmentos da sociedade. Mais do que isso, colocar os atores sociais e institucionais como protagonistas do processo de construção permitirá maior empoderamento deste instrumento durante as fases de sua execução.

**Figura 03.** Visão tridimensional de construção do PPA/PMRB



**Fonte:** Prefeitura de Rio Branco – elaboração SEPLAN/ASSTEC 2017.

A construção do PPA 2018 – 2021 foi formulado a partir de algumas etapas necessárias. São elas:

- i) Elaboração e dimensão estratégica do PPA – é ela quem estabelece a conexão entre os diversos instrumentos de gestão, especialmente o Plano de Governo que orienta o cenário de atuação da Prefeitura Municipal de Rio Branco para os próximos quatro anos;
- ii) Nivelamento da metodologia – inclui procedimentos sobre oficinas realizadas com gestores e corpo técnico das instituições e audiências públicas efetuadas com a sociedade por eixo temático do Plano Plurianual);
- iii) 1º Oficina com as equipes das secretarias envolvendo: identificação dos problemas que não constam no Plano de Governo, definição das ações de metas físicas, indicadores estratégicos (ODS), público alvo, tipos de programa, órgãos responsáveis, horizonte temporal;
- iv) 2º Oficina com as equipes das secretarias para avaliação dos programas e seus dados. As discussões foram realizadas por afinidades das instituições municipais aos eixos temáticos;
- v) Reunião de mobilização para as audiências públicas nas regionais com agentes mobilizadores;
- vi) Audiências públicas por eixos temáticos com todas as regionais de Rio Branco (urbanas e rurais), visando a participação da sociedade;
- vii) 3º oficina com as instituições municipais. A mesma foi voltada a definição dos valores para cada programa e ações, inclusive o programa de manutenção;
- viii) Lançamentos dos dados no Webpúblico;
- ix) Validação da proposta de PPA pela gestão municipal antes do encaminhamento à Câmara Municipal de Rio Branco.

## 2.2 Eixos e Programas Estratégicos da Gestão Municipal

No processo de revisão do PPA, foram mantidos os eixos que os compõem e os seus respectivos programas. Estes foram discutidos com técnicos e a sociedade e estão em consonância com o Plano de Governo e vinculam-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Desta forma, este instrumento é composto por cinco eixos:

- ✓ *Eixo I - Infraestrutura, mobilidade urbana e sustentabilidades:* com intervenções em transporte público, vias urbanas, trânsito, acessibilidade, urbanização de bairros, obras públicas, gestão urbana, regularização fundiária, prevenção e controle de enchentes, meio ambiente, conservação e limpeza urbana.
- ✓ *Eixo II - Cidadania e Desenvolvimento Social:* com foco em educação infantil e fundamental, saúde, cultura, arte e patrimônio, assistência social, esporte e lazer.
- ✓ *Eixo III - Rio Branco Plena de Direitos:* subdividida em campos de atuação em direitos humanos e diversidade, igualdade racial e combate ao racismo, políticas afirmativas para a juventude e mulheres.
- ✓ *Eixo IV - Rio Branco Empreendedora:* envolve produção urbana e rural, economia solidária e incentivo ao empreendedorismo.
- ✓ *Eixo V - Gestão Transparente e Participativa:* contempla ações nas áreas de diálogo e participação social, transparência e controle, gestão pública e políticas para o servidor.

As instituições que atuam diretamente por eixos são as seguintes: *eixo I* – RBTRANS, SEOP, EMURB, SAERB, Secretaria da Cidade, SEMEIA,

COMDEC e SEMSUR; *eixo II* – SEME, FGB, SEMSA, SEMCAS, SEMEL; *eixo III* – SEDIHPA, SEJUV, SEMAM, SEADPIR; *eixo IV* – SAFRA, COMTES, ITEC; *eixo V* – CGM, SEPLAN, SEAD, SEFIN, SEMACS, RBPREV, Casa Civil, PROJURI, Gabinete Militar, ITEC.

Convém dizer que as instituições que estão diretamente vinculadas a um eixo têm também programas que podem ser transversais a outros.

### **2.3 O processo técnico de Revisão do PPA 2018-2021**

O processo de revisão divide-se em dois momentos: (a) inicialmente, fase de revisão dos programas que compreende as alterações dos atributos do programa do PPA, principalmente a identificação dos indicadores de resultado e as suas metas; e (b) em seguida, na segunda fase, revisão das ações, principalmente no que tange aos produtos das ações e às metas físicas e financeiras para os exercícios de 2018 a 2021 e os demais atributos das ações.

Os principais objetivos do processo de revisão do PPA são:

1. Possibilitar a atualização do Plano diante das mudanças ocorridas no processo de execução e identificadas no Acompanhamento Físico e Financeiro e de sua avaliação;
2. Permitir a melhoria contínua do processo de elaboração, implementação e avaliação dos programas e ações.
3. Contribuir para a transparência e adequação dos objetivos de governo às demandas da sociedade;
4. Realizar as alterações de caráter técnico, constatadas como necessárias na primeira versão do Plano.

O processo de Revisão do Plano Plurianual de Rio Branco, que se encontra diretamente relacionado à elaboração da Lei Orçamentária para 2019

e bem como aos ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019, ocorreu conforme as fases abaixo discriminadas:

1. **REVISÃO DOS PROGRAMAS** - A partir da análise dos Relatórios Anuais de Avaliação de prestação de contas, exercício 2017, as Secretarias, em conjunto com seus respectivos Órgãos/Entidades vinculados, sob coordenação do Gabinete da Prefeita – GABPRE e da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN, identificaram as necessidades de ajustes no nível estratégico no que tange à inclusão, exclusão ou alteração dos Programas sob suas responsabilidades, com ênfase na análise e inclusão de indicadores de resultado nos Programas.
  
2. **REVISÃO DAS METAS E AÇÕES** – A partir da análise do processo de monitoramento e avaliação das ações e metas físicas (Acompanhamento Físico e Financeiro), as Secretarias, em conjunto com seus respectivos Órgãos/Entidades vinculados, do Gabinete da Prefeita – GABPRE e da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN, identificaram a necessidade de ajuste nas ações de inclusão, exclusão ou alteração dos atributos das ações e metas físicas sob suas responsabilidades.

Desse processo, resultou a revisão de diversos indicadores, ações e metas físicas do PPA 2018-2021, que estão propostos no presente Projeto de Lei Complementar – PLC.

## **CONCLUSÃO**

Nobres Vereadores e Vereadoras a Revisão do Plano Plurianual (PPA) é uma das etapas do ciclo de gestão do planejamento que visa fortalecer o processo de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

Como frisamos, não se trata da elaboração de um novo Plano Plurianual, mas sim, da atualização e aperfeiçoamento da programação já definida no PPA em execução. O processo de Revisão do Plano Plurianual constitui prática sistêmica e contínua que objetiva ao aperfeiçoamento dos Programas e das capacidades das unidades orçamentárias executoras do PPA 2018-2021.

Para atingirmos os objetivos, já evidenciados no PPA, serão aportados recursos da ordem de R\$ 3,3 bilhões, incluindo todas as áreas da Administração Municipal, conforme estimativa da receita para os anos de 2018-2021. Estes índices foram calculados com base nos indicadores econômicos nacionais, tendo como parâmetro a realidade econômica do país orientada pelo IPCA e PIB. Nosso planejamento a curto, médio e longo prazo deverá considerar o cenário de incerteza econômica e política, conforme detalhamos na presente mensagem, o que requer além do esforço de fazermos mais, com menos recursos, extrema cautela com os gastos correntes, garantindo as obras e serviços necessários à comunidade rio-branquense.

Assim, encaminhamos aos nobres Vereadores e Vereadoras o Projeto de Lei Complementar de Revisão do Plano Plurianual 2018-2021, para análise e apreciação, com vistas a referendar os Desafios, Programas, Metas e Investimentos da gestão municipal.

Atenciosamente,

Rio Branco – AC, 30 de agosto de 2018.

**Socorro Neri**  
Prefeita de Rio Branco